

STJ00118622

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR
FABÍOLA LÔBO
Coordenadores

Paulo Lôbo
Apresentação

CONSTITUCIONALIZAÇÃO
DAS RELAÇÕES PRIVADAS
FUNDAMENTOS DE INTERPRETAÇÃO
DO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO

Bel● Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Lússes Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C758

Constitucionalização das relações privadas: fundamentos de interpretação do direito privado brasileiro / Marcos Ehrhardt Júnior, Fabíola Lôbo. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

432p. 14,5x21,5cm
ISBN 978-65-5518-564-5

1. Direito civil constitucional. 2. Constitucionalização das relações privadas. 3. Interpretação. 4. Nova hermenêutica constitucional. 5. Fundamentos de interpretação jurídica. 6. Direito civil. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Lôbo, Fabíola. III. Título.

CDD: 342.085
CDU: 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; LÔBO, Fabíola (Coord.). *Constitucionalização das relações privadas: fundamentos de interpretação do direito privado brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 432p. ISBN 978-65-5518-564-5.

SUMÁRIO

NOTA DOS COORDENADORES

Fabiola Lôbo, Marcos Ehrhardt Jr.	13
--	----

APRESENTAÇÃO

Paulo Lôbo	15
-------------------------	----

ORDEM JURÍDICA PRIVADA E CONSTITUIÇÃO

Paulo Lôbo	17
1 Incorporação da ordem privada na Constituição	17
2 Estado social como parâmetro de conformação das normas infraconstitucionais	18
3 Sentido de unidade hermenêutica na aplicação do direito privado ...	20
4 Esclarecendo o alcance da constitucionalização dos direitos	22
5 Constituição como núcleo fundamental do sistema de direito privado	23
6 Força normativa da Constituição nas relações privadas	24
7 Aplicabilidade dos princípios constitucionais nas relações privadas	25
8 Aplicabilidade direta dos princípios é predominante na jurisprudência brasileira.....	27
9 A constitucionalização do direito privado é perene e necessariamente inconclusa	30
Referências.....	31

PARTE I

DIREITO EXISTENCIAL

AS ACEPÇÕES DA VULNERABILIDADE: UM DESAFIO
INTERPRETATIVO

Maria Carla G. Moutinho	35
1 Introdução	35
2 Vulnerabilidade existencial.....	37

3	Vulnerabilidade contratual	40
4	Conclusão	45
	Referências.....	47

A CRISE DO DIREITO DE FAMÍLIA CODIFICADO NO BRASIL, OS ESPAÇOS DO “NÃO DIREITO”, A “FAMÍLIA EM DESORDEM” E A TENDÊNCIA DE CONTRATUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES

Dimitre Braga Soares de Carvalho	49
1 A crise do Direito de Família codificado no Brasil	49
2 A família “em ordem”, a família “em desordem” e o “não direito” na perspectiva do Direito de Família codificado em crise	53
3 Brevíssimas conclusões: cada família pode criar seu próprio Direito de Família	60
Referências.....	61

REFLEXÕES ACERCA DA PATRIMONIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PARENTAIS PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PODER FAMILIAR

Catarina Almeida de Oliveira	65
1 Breve contextualização	65
1.1 Direitos fundamentais na sociedade patriarcal.....	68
1.2 Direitos subjetivos no poder familiar	70
1.3 Obrigações civis também podem ter conteúdo existencial	74
1.4 Convivência familiar como direito fundamental.....	75
1.5 Responsabilidade civil por descumprimento de obrigações parentais.....	76
2 Novos questionamentos para velhos problemas	77
Referências.....	79

SHARENTING: ASPECTOS JURÍDICOS DA SUPEREXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ONLINE NA PERSPECTIVA CIVIL CONSTITUCIONAL

Camila Sampaio Galvão	81
1 Introdução	81
2 A superexposição de crianças e adolescentes <i>online</i> : <i>sharenting</i> ou <i>(over)sharenting</i>	82

3	A proteção constitucional à criança e ao adolescente como norte hermenêutico às reflexões sobre a superexposição infantojuvenil <i>online</i>	86
4	Algumas ameaças às crianças e adolescentes advindas de sua superexposição nas redes sociais	91
5	Considerações finais.....	93
	Referências.....	94

A MONOGAMIA E SUA REFLEXÃO NAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS NO BRASIL

Luciana Brasileiro	97
Referências.....	106

MULTIPARENTALIDADE E SUA INTERSEÇÃO COM O DIREITO DAS SUCESSÕES: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA SOBRE O EFEITO SUCESSÓRIO DECORRENTE DO SEU RECONHECIMENTO E SUAS REPERCUSSÕES

Karina Barbosa Franco	109
1 Introdução	109
2 Multiparentalidade e a análise legal e doutrinária do efeito jurídico sucessório	111
Considerações finais.....	125
Referências.....	126

PROJETO MONOPARENTAL E GÊNERO

Maria Rita de Holanda	129
1 Projeto parental.....	129
2 Controvérsia doutrinária sobre a monoparentalidade	133
3 (Des) igualdade material de gênero.....	143
4 Notas conclusivas	148
Referências.....	149

PLANEJAMENTO FAMILIAR E FAMÍLIAS ECTOGENÉTICAS LGBT: UM DIÁLOGO (AINDA) EM ABERTO

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto	153
Introdução	153
1 O direito ao planejamento familiar na Constituição de 1988: liberdade fundamental?	155

2	O planejamento familiar nas famílias ectogenéticas LGBT: desafios e conquistas.....	158
	Considerações finais.....	165
	Referências.....	166

O PRINCÍPIO JURÍDICO DA PRESERVAÇÃO DA DIVERSIDADE NO PATRIMÔNIO GENÉTICO HUMANO COMO UM LIMITADOR DA AUTONOMIA NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Carlos Henrique Félix Dantas	169
Introdução	169
1 Planejamento familiar: o futuro da governabilidade genética e a revolução da biotecnociência no processo reprodutivo humano.....	171
2 Fundamentos jurídicos que facilitam a proteção da diversidade no patrimônio genético humano	178
Considerações finais.....	181
Referências	182

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE CONCEPÇÃO: UMA ANÁLISE DA LEGITIMIDADE SUCESSÓRIA A PARTIR DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA *POST MORTEM*

Patrícia Ferreira Rocha	185
Introdução	185
1 Considerações iniciais sobre a reprodução humana assistida	186
2 Os limites ao uso da reprodução humana assistida <i>post mortem</i>	188
3 O conceito jurídico de concepção e a legitimidade sucessória do filho <i>post mortem</i>	193
Conclusão	199
Referências.....	200

EXEMPLO REAL DE DANO EXISTENCIAL: O CASO DA ESCOLA BASE INFANTIL, O MAIOR ERRO DE IMPRENSA DA HISTÓRIA DO BRASIL

Elaine Buarque	203
1 Introdução	203
2 Direito à privacidade <i>versus</i> o direito à liberdade de expressão: (im)possibilidade de sua violação.....	204
3 Não recepção de todo o conjunto de dispositivos da Lei Federal nº 5.250 (Lei de Imprensa).....	206
4 Revisitação do Caso da Escola Base.....	208

5	O Caso da Escola Base e a mídia como mecanismo de lesão aos direitos existenciais: hipervalorização da liberdade de expressão ou jornalismo de mercado?	210
6	Os inocentados.....	214
7	Primeira vez que os inocentes têm lugar de fala na imprensa: o arrependimento do primeiro repórter a noticiar o caso	216
8	Conclusão	217
	Referências.....	217

DO MODELO SUBSTITUTIVO AO APOIO AO EXERCÍCIO DA CAPACIDADE CIVIL: BREVES DIAGNÓSTICOS DE UMA CONSTITUCIONALIZAÇÃO INACABADA

	Hilbert Melo Soares Pinto	219
1	Introdução	219
2	Uma nova moldura para a Teoria Geral do Direito Civil a partir do sistema de apoio ao exercício da capacidade.....	221
3	As resistências e tensões para a superação do modelo de substituição de vontade no âmbito judicial.....	226
4	Um breve estudo comparado entre o sistema de apoio brasileiro e o peruano em relação à desestigmatização do apoio e vontade.....	228
5	Considerações finais.....	233
	Referências.....	234

PARTE II DIREITO PATRIMONIAL

O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES NA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL E O FAVORECIMENTO DO DEVEDOR

	Gustavo Henrique Baptista Andrade	239
	Princípio e prólogo	239
	Introdução	242
	A vulnerabilidade jurídica e o favorecimento do devedor.....	243
	<i>O favor debitoris</i> e o diálogo das fontes	248
	O favorecimento do devedor e a jurisprudência do STJ.....	251
	Conclusão	257
	Referências.....	259

DELINEAMENTOS CONCERNENTES À MODULAÇÃO DO CONTEÚDO DA APLICAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA AOS CONTRATOS

Geraldo Frazão de Aquino Júnior	261
Referências.....	277

BOA-FÉ OBJETIVA COMO FUNDAMENTO JURÍDICO DA OBRIGAÇÃO PRÉ-CONTRATUAL

Eroulths Cortiano Junior, Vivian Carla da Costa	279
1 Introdução	279
2 A obrigação como processo.....	280
3 Confiança pré-contratual.....	284
4 Boa-fé objetiva pré-contratual.....	288
5 Conclusão	292
Referências.....	293

RELAÇÃO OBRIGACIONAL COMO PROCESSO NA CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DOS DEVERES GERAIS DE CONDUTA

Marcos Ehrhardt Júnior	297
1 Considerações iniciais: a relação jurídica obrigacional em sua perspectiva tradicional.....	297
2 A relação jurídica obrigacional como processo.....	301
3 A complexidade e a evolução dogmática dos deveres laterais de conduta no plano da eficácia da relação jurídica obrigacional.....	304
4 Deveres laterais ou deveres gerais de conduta?	307
Referências.....	310

INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Marcos Catalan	313
Referências.....	321

ADIMPLENTO SUBSTANCIAL E SUA INTERLOCUÇÃO COM A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO

Fabiola Lôbo	325
1 Considerações iniciais.....	325
2 O adimplemento substancial na perspectiva da relação jurídica de cooperação entre as partes.....	327

3	A mitigação da cláusula resolutiva ante o adimplemento substancial	328
4	Os princípios sociais do contrato como fundamento de aplicação do adimplemento substancial	330
5	A configuração do adimplemento substancial	333
6	Parâmetros objetivos de aplicação e afastamento do adimplemento substancial na jurisprudência	337
7	Conclusão	343
	Referências.....	345

POR UM DIREITO EMPRESARIAL (RE)PERSONALIZADO PARA O SÉCULO XXI

José Barros Correia Junior	349
Introdução	349
Ampliação das crenças individuais e a (re)personalização do Direito Empresarial	350
Para além do <i>homo economicus</i> e do autointeresse.....	356
a) Teoria do valor do sócio ou acionista (<i>shareholder</i>)	357
b) Teoria do valor <i>stakeholder</i>	361
É possível a convivência entre o mercado e a teoria dos <i>stakeholders</i> ?	367
Referências.....	373

ASOCIEDADE COMO SUJEITO DE DIREITO NA DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS TITULARIDADES

Everilda Brandão Guilhermino	375
1 De interesses difusos a direitos difusos	375
2 Existência de uma nova titularidade para o ordenamento jurídico: a titularidade de direitos difusos.....	378
3 A sociedade como sujeito de direito titular de direitos difusos	381
4 A legitimidade processual do cidadão na proteção de direitos difusos.....	384
Referências.....	387

A ASSOCIAÇÃO CIVIL E A REALIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: NOVOS RUMOS PARA O ACESSO AOS BENS COMUNS?

Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar	389
Introdução	389

1	A associação civil, movimentos associativos e a construção de novos espaços sociais.....	390
2	A associação civil e a vinculação a direitos fundamentais para garantia de direitos dos associados	395
3	A associação civil e a realização de direitos fundamentais coletivos através do acesso aos bens comuns.....	398
	Conclusão	402
	Referências.....	404

HERANÇA DIGITAL: A TRANSMISSIBILIDADE DOS BENS DIGITAIS E A POSSÍVEL VIOLAÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE – DESAFIOS DA COMPLEXIDADE CONTEMPORÂNEA

	Bárbara Sauzem da Silva, Simone Tassinari Cardoso Fleischmann	407
1	Introdução	407
2	A transmissibilidade dos bens digitais.....	409
2.1	A natureza dos bens e a fase “um” dos temas de herança digital.....	409
2.2	Transmissibilidade dos bens digitais: a fase “dois” dos temas de herança digital	412
3	O direito à herança e o direito à privacidade: possível colisão entre direitos fundamentais	416
3.1	Da chamada a herança digital e sua possibilidade de tutela	416
3.2	O direito à privacidade e o direito à herança: uma mudança no formulário de contratação com alto impacto jurídico sucessório.....	419
4	Notas conclusivas	422
	Referências.....	424
	SOBRE OS AUTORES.....	429